

Política monetária Expectativas se aproximam dos cenários da equipe econômica após Copom, diz Mello

Secretário vê convergência entre mercado e governo

Lu Aiko Otta, Guilherme Pimenta e Larissa Garcia
De Brasília

Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello diz acreditar que os ruídos que tomaram conta do mercado um dia após a decisão do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) são naturais. Afinal, argumentou em entrevista exclusiva ao Valor, havia opiniões diferentes sobre a magnitude do corte nos juros. Mas ele pondera que ocorrerá com a política monetária o mesmo processo visto com a política fiscal neste ano.

“Já houve uma convergência de expectativas do mercado aos nossos cenários, que eram mais otimistas, tanto no crescimento, inflação e déficit público”, disse, acrescentando que o processo é gradual. “Reancorar as expectativas em 3% em um horizonte relevante é compatível com uma taxa de juros menor.”

Para ele, o corte de 0,5 ponto percentual na taxa de juros, para 13,25% ao ano, é “um primeiro passo para a harmonização da política econômica como um todo”, foi “positiva” e mostra reconhecimento, pelo BC, dos esforços do governo e do Congresso para ajustar as contas públicas. Por outro lado, Mello também reconhece que a queda da inflação, que resultou no corte, é também resultado da própria política monetária.

Na avaliação dele, os juros teriam sido reduzidos mesmo sem a chegada do ex-secretário executivo do Ministério da Fazenda Gabriel Galpólo à diretoria do Banco Central. As condições para a queda já estavam dadas, afirmou.

A seguir os principais pontos da entrevista:

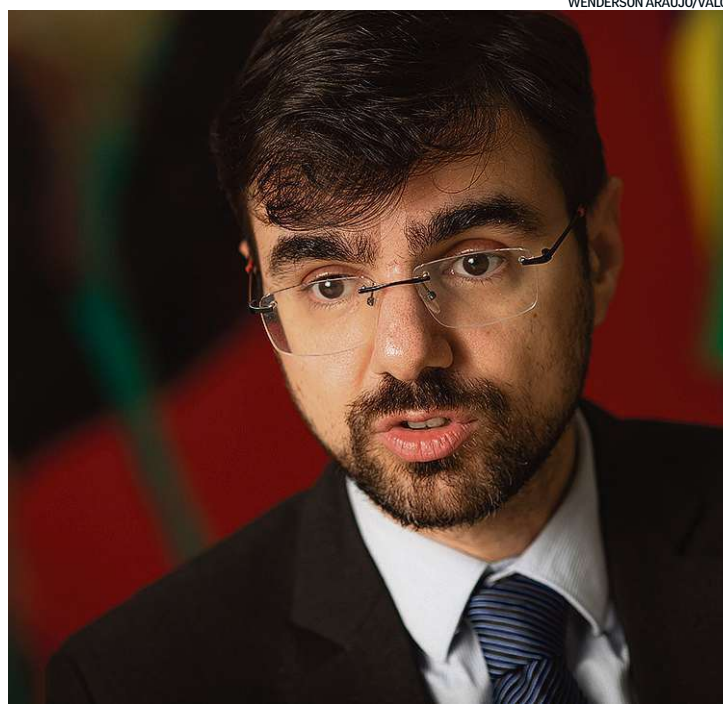
Valor: Quais os impactos da decisão do Copom?

Guilherme Mello: Boa sinalização, um primeiro passo para harmonizar a política econômica como um todo. Sinaliza que a política monetária, em um campo hoje “significativamente contracionista”, vai caminhar rumo a algo mais próximo da taxa neutra. Há um caminho grande, mas a sinalização e a consistência, de redução de 0,5 ponto, rumo a uma política monetária menos contracionista. É também um reconhecimento do esforço da Fazenda e do Congresso no âmbito fiscal.

Valor: Houve uma inclinação da curva no mercado, o que foi atribuído por uma ala ao Copom, que poderia ter desancorado as expectativas.

Mello: De fato houve uma piora significativa do ponto de vista externo nesta semana, e é natural haver ruídos, pois havia opiniões divergentes sobre qual seria a decisão do Copom, sobre o tamanho do corte. Isso gera reações. Conforme vai consolidando o processo, dúvidas e incertezas vão se dissipando. Isso aconteceu no fiscal. A desconfiança sobre o caminho proposto existia. Seis meses depois, a confiança é muito maior. O processo de convergência das expectativas não é imediato, é gradual. Já houve uma convergência de expectativas do mercado aos nossos cenários, que eram mais otimistas, tanto no crescimento, inflação e déficit público. Reancorar as expectativas em 3% em um horizonte relevante é compatível com uma taxa de juros menor.

Valor: Existe uma discussão de



Guilherme Mello: “Convergência das expectativas não é imediata, é gradual”

que eventual substituição de Campos Neto por Gabriel Galpólo traria uma política monetária menos austera, de não perseguir o centro da meta, e sim a banda. Esse receio faz sentido?

Mello: Como o horizonte da política monetária é defasado, mesmo que cogitasse que uma alteração na presidência pudesse mudar a orientação do BC, só afetaria 2026. Os novos diretores que entraram agora têm toda condição técnica, formação e capacitação. O Gabriel tem experiência nos setores público, privado e acadêmico.

Valor: O voto de desempate de Campos Neto, por um corte de 0,5 ponto, surpreendeu?

Mello: Não posso dizer que surpreendeu, pois se eu falasse isso é como se eu esperasse uma posição diferente do presidente. Acredito que o debate

entre eles seja de alto nível, com conjunto grande de dados e informações, e as pessoas se movem pelos seus valores, formação e visão de mundo, mas também pelo entendimento que têm do input que os dados trazem, e eles estão sendo positivos do ponto de vista inflacionário. Uma parte por conta da própria política monetária adotada. Um reconhecimento do sucesso da gestão das expectativas. Se mantivermos política monetária contracionista por muito tempo, isso afeta as variáveis reais, como mercado de crédito, de trabalho e a arrecadação. O presidente Roberto Campos Neto deu seu voto convencido dos dados e informações discutidas pelos diretores do BC.

Valor: Teria acontecido mesmo se não tivesse havido troca de diretores?

Mello: As condições já esta-

vam completamente assentadas para o processo se iniciar.

Valor: Qual o espaço para redução de juros que existe?

Mello: Essa avaliação o BC vai fazendo momento a momento. A autoridade monetária está falando que a inflação em 2024 vai ser próximo a 3,5% e que a taxa de juros neutra real será algo em torno de 4,5%, então a taxa de juros neutra está próximo de 8%. Entre o significativamente contracionista e o neutro, há espaço de atuação. Quanto mais a economia for colocada em caminho de crescimento sustentável, mais é possível crescer sem gerar pressão inflacionária.

Valor: A Fazenda vê um PIB potencial maior?

Mello: Sim, por um motivo muito simples: esse conjunto de mudanças estruturais e estratégicas, mas também microeconômicas, têm potencial dinamizador na economia, de ganho de eficiência e competitividade, que é difícil de medir. Tem impacto muito positivo no potencial de crescimento. Hoje, trabalhamos algo ao redor de 2,5%, mas conforme o andamento do processo, podemos até revisar para cima. Há um hiato do produto, dá para crescer sem pressionar a inflação. O mercado de trabalho está resiliente, mas não é o melhor momento da história.

Valor: Mas quais as perspectivas após a decisão do Copom?

Mello: O primeiro semestre teve uma forte agenda fiscal, que foi muito importante, e reforma tributária. Vamos completar a agenda no segundo semestre, com a reforma da renda, e fazer gols, com estratégias para voltar a crescer, com o plano de transição ecológica e a agenda da neoindustrialização.

Valor: Quais as perspectivas para o mercado de crédito com o corte na Selic?

Mello: Tendo a perceber alívio no mercado de crédito, tanto para empresas quanto para famílias. Alguns bancos também já falam em reduzir juros em algumas linhas de crédito. E com a estabilização macroeconômica, da taxa de câmbio e a queda da taxa de juros longa, já é possível ver indícios de recuperação no mercado de títulos privados.

Valor: Isso coloca a projeção de crescimento em viés de alta?

Mello: Eu falo que cresceremos algo ao redor de 2,5%. Não tenho pretensão de cravar um número. Para 2024, nossa projeção de crescimento é até um pouco menor, 2,3%. Em parte, porque os efeitos defasados da política monetária serão sentidos.

Valor: Isso o senhor já falava antes do Copom. Não mudou nada?

Mello: O processo de queda dos juros começaria no segundo semestre e prosseguiria até o ano que vem. Isso já está incorporado aos nossos modelos. A decisão cria uma perspectiva positiva. Quanto vai impactar o PIB, precisamos esperar um pouco mais.

Valor: Há dúvidas sobre zerar o déficit em 2024. Chamou nossa atenção o ministro mencionar a banda para a meta fiscal. Vocês também estão mais céticos em relação ao resultado?

Mello: O PLOA [Projeto de Lei Orçamentária Anual] vai [ao Congresso] com a meta [zero], com as medidas necessárias para seu cumprimento. A gestão dessa meta ao longo do ciclo tem mais flexibilidade [com as bandas]. Estamos falando de algo que não está sob completo controle do governo, como a arrecadação.

INFORME PUBLICITÁRIO

INDÚSTRIA TÊXTIL EM RISCO

Antidumping ameaça indústria nacional

Brasil corre o risco de implementar uma política antidumping que pode levar à inflação em produtos essenciais, em um momento em que a população já lida com inflação e juros altos. Essa política está em discussão no DECOM (Departamento de Defesa Comercial) e será votado na reunião do colegiado do GECEX no próximo dia 15 de agosto. E se refere às importações de fios de poliéster texturizado, matéria-prima fundamental para a indústria têxtil, responsável pela produção de roupas, calçados, artigos de cama, mesa e banho.

A relevância de tal medida é refletida nos mais de 1 milhão de empregos nas confecções e 160 mil empregos em tecelagens e malharias. No entanto, essa decisão parece beneficiar principalmente duas empresas multinacionais: a americana UNIFI e a mexicana Alpek, que juntas, empregam apenas 900 trabalhadores em território nacional. Uma das principais pleiteantes tem registrado lucros recordes nos últimos anos, enquanto a indústria têxtil enfrenta uma pressão crescente da concorrência com a importação de roupas prontas.

VEJA OS LUCROS DA EMPRESA UNIFI

Net sales
Cost of sales
Gross profit
Depreciation expense
Segment Profit

Fiscal 2022	Fiscal 2021	Fiscal 2020	Fiscal 2019	Fiscal 2018	Fiscal 2017
126,066	95,976	73,339	102,877	110,587	109,079
98,925	64,281	62,144	84,298	84,726	82,463
27,141	31,695	11,195	18,579	25,861	26,616
1,500	1,315	1,385	1,537	1,648	1,119
28,641	33,010	12,580	20,116	27,509	27,735

Fonte: Relatórios auditados da Unifi para os anos fiscais de 2022 e 2019 (Anexo 5). Dados em milhares de US\$

O mais curioso é que seu maior lucro histórico ocorreu no ano de 2021, momento quando não vigorava qualquer medida protecionista. Portanto está claro que não necessitam de tais medidas.

Ressaltamos que tais empresas sequer produzem o fio de poliéster texturizado de maneira completa no Brasil, importando 100% do fio semiacabado (POY) exatamente dos países objetos desta possível “sanção”, China e Índia, com alíquota de imposto de importação reduzida a 0%.

Aliás hoje já existe uma escalada tarifária balanceada, a qual mantém a concorrência entre produção nacional e produtos importados dentro de uma disputa leal. Com aplicação desta medida esta escalada ficará desbalanceada e haverá substituição de compra de fios texturizados (matéria prima utilizada na produção de malhas e tecidos) por produtos prontos, ameaçando o fim de grande parte da cadeia têxtil.

Para avaliar o impacto dessa medida antidumping, os economistas Sérgio Goldbaum e Euclides Pedrozo Junior, da GPM Consultoria Econômica, realizaram um estudo de impacto econômico. Sua projeção é que apenas esta tarifa extra resultaria em perda de milhares de postos de trabalho em curto prazo e causaria o aumento do preço final de produtos essenciais para a população brasileira.

Mais de 500 empresas do setor têxtil no Brasil assinaram petição on-line contra a implementação dessa medida, além de 16 prefeituras, defendendo mais 68 mil empregos também se manifestaram contra.

Várias empresas já se posicionaram no sentido de buscar alternativas para conseguirem manter seus negócios ativos, e a solução mais cotada entre todas é transferência de suas unidades fabris do Brasil para países como o Paraguai, que possui incentivos fiscais amparados pela Lei de Maquila.

Portanto, questionamos: é justo beneficiar duas empresas em detrimento de milhares de trabalhadores, centenas de empresas e a população brasileira que pode enfrentar inflação em produtos essenciais?

Convidamos você a conhecer mais sobre o estudo no site www.salvemacadeiatextil.org.br e junte-se a nós para ajudar a garantir a competitividade da indústria têxtil brasileira.

Vários sindicatos, associações, e federações apoiam esta matéria:
SIFITEC, SINTEX, SINDITEC, SINDIVEST, SINDIVESTIL, ABRATEX, ABICOL, ACIBR, FIEMS, FIESC.